

UE propõe proibir importações de petróleo da Rússia em seis meses **A5**

Tim vai criar nova empresa em parceria com a FS Security **B8**

Verônica Sánchez, nova diretora-presidente da ANA, defende gestão conservadora dos reservatórios **A6**



Valor ECONÔMICO

Destaques

iFood no Cade

A Associação Brasileira de Empresas de Benefícios ao Trabalhador, que reúne grandes operadoras de vale-refeição, entrou com representação no Cade contra o iFood. A entidade acusa o iFood de condutas anticompetitivas nos mercados de vale-benefício e de aplicativos de delivery. Lucas Pittioni, diretor jurídico do iFood rebate as acusações. **B7**

Decathlon no Nordeste



A rede de materiais esportivos Decathlon entrará na região Nordeste do país, com a abertura da primeira loja em Salvador (BA) na próxima semana. Mais duas unidades serão inauguradas até o fim do ano, em Recife (PE) e Fortaleza (CE). O Nordeste é um passo grande, tanto em termos de logística quanto de produtos, pois exigirá adaptação, diz Cedric Burel, presidente da rede. **B7**

Compra da EasyCrédito

A startup de gestão de pagamentos Fit-Bank, que em 2020 passou a receber um aporte do J.P. Morgan, realizou sua primeira aquisição. Comprou o marketplace de crédito EasyCrédito, por uma quantia não revelada. O objetivo é reforçar seu negócio de "banking as a service" (BaaS), agregando o crédito além dos pagamentos. **C4**

Redução de dívida

A inflação desenfreada está contribuindo para reduzir o peso da dívida pública mundial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Mas essa é uma dívida para os governos que pode facilmente resultar em um tiro pela culatra se a inflação permanecer descontrolada, alertam economistas. **A12**

Preço de combustíveis defasados

A alta do diesel e o câmbio acentuaram preocupações com as defasagens dos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras — há 55 dias sem reajustar o diesel e gasolina, o que inibe a importação por outros agentes e traz à mesa discussão sobre riscos de desabastecimento. A maior preocupação está no diesel, estratégico para o transporte de pessoas e mercadorias. **B1**

BRF vai usar IA para recrutar

A BRF prevê reforçar o recrutamento com inteligência artificial, segundo Alessandro Bonorino, vice-presidente global de gente, gestão e transformação digital da empresa. "Vamos melhorar a assertividade na seleção usando algoritmos sem vieses, para garantir a diversidade", disse o executivo na "live" da série RH 4.0 do "Carreira em Destaque". **B2**

Decreto de ICMS

Contribuintes de São Paulo conseguiram um importante precedente no STF para limitar a aplicação de um decreto de São Paulo que acabou com benefício fiscal do ICMS. A 1ª Turma decidiu que o Decreto nº 64.213, de abril de 2019, só teria validade a partir de janeiro de 2020. A restrição passou a valer, porém, no dia seguinte à publicação — 1º de maio. **E1**

Ideias

Cristiano Romero

Ao não reconhecer erros, Lula torna seu o desastre que, provocado por Dilma, afundou o Brasil numa longa e penosa crise. **A2**

Vicky Bloch

Inserir a cultura organizacional na integração de conselheiros é uma atitude de humildade e inteligência. **B2**

Indicadores

Indicador	Atualizado	Variação	Valor
Dólar (meta)	4/mar/22	1,20%	R\$ 5,19 ao US\$
Selic (meta)	4/mar/22	11,75%	ao ano
Selic (taxa efetiva)	4/mar/22	11,67%	ao ano
Dólar comercial (B3)	4/mar/22	5,08075/5,0901	
Dólar comercial (mercado)	4/mar/22	4,8994/4,9000	
Dólar turismo (mercado)	4/mar/22	4,9064/5,0869	
Euro comercial (B3)	4/mar/22	5,2702/5,2808	
Euro comercial (mercado)	4/mar/22	5,274/5,2799	
Euro turismo (mercado)	4/mar/22	5,2330/5,4130	

BC e Fed sobem juro e indicam continuar o aperto monetário

De Brasília e São Paulo

O Banco Central do Brasil e o Federal Reserve (Fed), banco central dos EUA, elevaram ontem suas taxas básicas de juros, a principal arma de controle da inflação. Em sua 10ª alta seguida, a autoridade monetária brasileira aumentou a Selic de 11,75% para 12,75%, a maior taxa desde fevereiro de 2017. O Fed, por sua vez, subiu a taxa básica de juros para o intervalo entre 0,75% e 1% — alta de 0,5 ponto percentual. O banco central americano não promovia uma elevação dessa magnitude desde maio de 2000.

Após a decisão do Fed — que indicou mais aumentos por vir — e com a pressão sobre os preços ainda forte, o Comitê de

Política Monetária (Copom) mudou a sinalização de que poderia encerrar o ciclo de alta com a taxa de juros a 12,75% ao ano. Ontem informou que "antevê como provável" uma nova alta de juros com ajuste menor do que 1 ponto percentual. Mas não citou de qual magnitude.

O Copom destacou a persistência das pressões inflacionárias globais e a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país entre fatores de risco que puxariam os preços para cima. Já uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities em reais e uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada poderiam impactar o índice de preços em direção contrária.

O Fed também disse estar atento à infla-

ção, mencionando impactos dos "lockdowns" na China e da guerra na Ucrânia. A decisão do BC americano não surpreendeu, mas o mercado reagiu com euforia ao fato de o presidente do Fed, Jerome Powell, ter indicado que subirá o juro em doses de 0,5 ponto, e não de 0,75 ponto. A alta dos juros nos EUA tem efeito sobre os mercados do mundo porque são as referências de preço para os ativos globais. Além disso, tornam os títulos do Tesouro americano, vistos como seguros, mais atrativos.

Para Gustavo Ámuda, do BNP Paribas, o risco inflacionário nos EUA permanece, e se o Fed tiver que apertar muito além do que indica o plano inicial, poderá impactar a alta do dólar, o que "não é uma boa notícia para a inflação" no Brasil. **Páginas C1, C2 e C3**

Copom segue para última alta de 0,5 ponto

Alex Ribeiro
De São Paulo

Ao que tudo indica, o Copom caminha para uma última alta de juro de 0,5 ponto percentual em junho, encerrando o ciclo de aperto monetário com uma taxa Selic de 13,25% ao ano. A rigor, se o Banco Central reproduzisse a retórica usada nas reuniões anteriores, a taxa de juros deveria avançar ainda mais para o terreno contracionista. A projeção de inflação do Copom diz que, com juros de 13,25% ao ano, não seria possível cumprir a meta de inflação de 2023. O colegiado, porém, desarmou uma boa parte da retórica anterior. **Página C1**

Flexibilidade para as mães



No retorno aos escritórios, muitas empresas estão testando novos modelos de trabalho para atender funcionárias que sejam mães. Ana Isabel dos Santos, gerente da Bayer, por exemplo, conseguiu negociar maior flexibilidade e, com isso, ganhou mais tempo para ficar com o filho. **Página B2**

"Big Techs" e Netflix perdem US\$ 1,37 trilhão

Felipe Laurence
De São Paulo

As ações das cinco principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos — Alphabet, Amazon, Apple, Meta e Microsoft, as chamadas "Big Techs" — e da Netflix perderam US\$ 1,37 trilhão em valor de mercado em abril, um dos piores meses para essas companhias desde o início da pandemia. O montante, que equivale a cerca de 80% do PIB do Brasil em 2021, reflete um ambiente macroeconômico desafiador e a repercussão dos resultados das empresas no primeiro trimestre.

O setor de tecnologia vem perdendo valor nas bolsas desde a virada de 2021 para 2022, em razão da perspectiva de alta de juros nos Estados Unidos e outros países. As empresas são afetadas pela perspectiva de redução no fluxo de caixa futuro e de maior dificuldade em levantar recursos para financiar crescimento rápido. **Página B8**

Discursos de Lula preocupam líderes do PT

Cristiane Agostine
De São Paulo

Às vésperas do lançamento oficial de sua pré-candidatura à Presidência pelo PT, no sábado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito declarações polémicas, que se transformaram em munição eleitoral contra ele e podem dificultar a atração de eleitores reticentes em relação ao petista. Em um mês, Lula fez ao menos dez comentários que tiveram repercussão negativa nas redes sociais.

A estratégia de comunicação do ex-presidente tem sido criticada e é vista com preocupação por líderes do próprio partido. **Página A9**

Fiocruz firma acordo sobre droga para covid

Gabriel Vasconcelos
Do Rio

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) firmou acordo de cooperação com a farmacêutica Merck Sharp & Dohme (MSD) para distribuição e transferência de tecnologia do molnupiravir, antiviral destinado ao combate da covid-19. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem, em caráter emergencial, o uso do medicamento.

Sob o acordo, que vinha sendo discutido há um ano e dois meses, a Fiocruz vai distribuir o molnupiravir às unidades básicas de saúde e poderá avançar no

processo de transferência de tecnologia do remédio, visando sua produção local.

Primeira droga oral contra a covid-19, o remédio é utilizado em 30 países, onde já foi aplicado a 5 milhões de tratamentos. Testes clínicos comprovaram 89% de eficácia contra casos fatais.

O produto deve ser destinado a pacientes infectados vulneráveis a complicações, como idosos e pessoas com comorbidades. Em 2021, a MSD produziu 400 milhões de comprimidos — ou 10 milhões de tratamentos — em fábricas nos Estados Unidos e na Europa, Índia e China. Para 2022, a previsão é produzir 800 milhões de comprimidos. **Página A4**

Legislativo pressiona Aneel, diz Lira

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com a alta inflação elevando os índices de rejeição do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), diz que o Legislativo trabalha para pressionar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a rever reajustes autorizados na conta de luz com base em possíveis "pontos subjetivos dos contratos". O Congresso deve cobrar, ainda, que os governadores cumpram a lei que mudou a forma de cálculo do ICMS dos combustíveis e criar um benefício fiscal para a entrada de investimentos estrangeiros para reduzir a cotação do dólar. **Página A10**

Povos Indígenas são centrais para a Amazônia

Gabriel Vasconcelos e Daniela Chiaretti
Do Rio e de São Paulo

A solução para a Amazônia passa obrigatoriamente pela preservação e suporte dos povos indígenas. Essa análise foi feita na Live do Valor de ontem, que teve as participações de Cândido Bracher, ex-presidente do Itai Unibanco, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), e Síneia Wapichana, uma das principais lideranças indígenas da Amazônia. **Página A2**



Bracher, Wapichana e Ramos: combater desmatamento é essencial para a descarbonização.

LIVE do Valor

As 12 horas no www.valor.globo.com

Semana especial de Lives - 22 anos do Valor

- Quinta, 05/05**, excepcionalmente às 15h - **Nizan Guanais**, CEO da N Ideias; **Fernanda Mayol**, sócia da McKinsey & Company; e **Stelvio Tolma**, fundador do Mercado Livre
- Sexta, 06/05** - **12h** - **Ilan Goldfajn**, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI)
- 15h** - **Edvaldo Santana**, doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel; e **Eliã Garnoun**, CEO da ABEEGICA (Associação Brasileira de Energia Elétrica)

Brasil

Lula e a dificuldade em atrair o voto não petista

Cristiano Romero



Em sua mais recente e sempre brilhante coluna no Valor, o sociólogo José de Souza Martins explica como funcionou, historicamente, a moderação de poder entre os extremos da política no Brasil. A polarização aguda não é novidade. A questão, e daí a importância da perspectiva histórica, é como a superar.

Na monarquia, durante o 2º reinado (1840-1889), o poder moderador era exercido pelo rei, que detinha o mecanismo da terceira via para solucionar conflitos. "O mecanismo funcionava bem. Como, dentre outros, ressaltou Euclides da Cunha, os liberais inovavam e os conservadores decidiam como a inovação seria posta em prática", diz Souza Martins em "Dificuldades da Terceira Via" (Valor, caderno EJR, página 3, edição de 29/04/2022).

O 2º reinado é apontado por historiadores como um período de relativa paz na história do país. Dom Pedro II valia-se do poder moderador para contornar impasses decorrentes da disputa de poder. Para Souza Martins, isso "foz fez um país de história politicamente lenta". De fato, não há exemplo melhor dessa morosidade política do que o fim tardio da escravidão, ignomínia que, de tão longa, tornou-se nossa principal característica nacional, razão do nosso fracasso.

Sem mea culpa, Lula torna seu o desastre da gestão Dilma

O sucedâneo como instância mediadora e, digamos, acomodadora de interesses inconciliáveis, num país de grande diversidade e profunda desigualdade social, submeteu o pacto político a uma espécie de vigilância. Como nossa República nasceu de um golpe militar e "sem povo", os impasses forjados na disputa pelo poder foram amplificadas e, doravante, coube ao Exército atribuir-se detentor do mecanismo da terceira via.

O Exército tornou-se "reserva moral" para intervir na ordem institucional e resolver "problemas" criados pelos políticos. "A república de quartel colocou na função de poder moderador uma instituição destinada ao conflito e não à tolerância democrática", explica Souza Martins.

Dois movimentos definiram a história política do Brasil nos últimos 92 anos: o getulismo (1930-1989) e o lulismo (desde 1989). Tanto Getúlio Vargas quanto Luiz Inácio Lula da Silva preveniram-se a tempo de mudar o rumo de seus governos e, assim, adaptaram-se a anseios do povo, eliminando o clamor pela terceira via. Mudar para permanecer foi regra da sobrevivência.

Getúlio se desdobrou em quatro personas distintas ao longo dos 24 anos que esteve envolvido diretamente na disputa de poder, sustenta o professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Em 1937, chamou a turma da caserna para instaurar ditadura violenta. Fechou o Congresso, extinguiu os partidos, cassou governadores, queimou as bandeiras dos Estados, criou a polícia política (ovo da serpente dos anos de chumbo trazidos pelo AI-5, entre 1968 e 1978) e calou a imprensa. Justificou o absolutismo com as "ameaças" comunista e integralista.

Deposto em 1945, Getúlio recolheu-se para assistir, de

camarote, à aventura eleitoral de seu ministro da Guerra (golpista nº 1 em 37), Eurico Gaspar Dutra. O ex-ditador ajudou o general a eleger-se e, em troca, saiu ileso da Presidência. Esperto, tratou de atender a inúmeras demandas sociais durante seu despotismo. Instituiu garantias legais para os trabalhadores numa época em que o capitalismo entre nós não havia alcançado ainda o grau de selvagem. Acumulou capital político para que o povo não o esquecesse. Já em 1946, numa espécie de teste de popularidade, foi eleito senador por dois Estados e deputado por seis e pelo DF. Em 1950, voltou à Presidência eleito pelo voto popular.

O novo Getúlio, tendo permanecido tanto tempo no poder, mais da metade como ditador, sabia que não teria vida fácil no retorno. El tinha incontestável apoio do público, mas não da crítica. Na caserna, esse massivo apoio das ruas incomodava os "moderadores", que temem líderes populares e populistas. As tropas só esperavam um sinal verde para derrubá-lo e, assim, acabar com o "mar de lama". Acudido, Getúlio preferiu a morte à capitulação — o suicídio adiou por dez anos o golpe militar.

No lugar do getulismo, veio o lulismo, que domina a disputa política desde 1989. A gestão ruínoza de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) abalou o petismo, mas não tanto o lulismo. Despertou de longa hibernação, porém, a extrema direita, que, favorecida pela destruição das referências histórico-culturais neste mundo sem-pai-nem-mãe das redes sociais, quer matar a política.

A crise que vivemos é a crise da política. Jair Bolsonaro foi eleito com discurso anti-política e, no exercício do cargo, ataca instituições com algum poder moderador: a Justiça e a imprensa.

Lula, assim como Getúlio, foi mais de um desde que entrou na política. Para Souza Martins, pressupõe-se que o petista é ele mesmo a terceira via no embate entre esquerda e direita. "É claro que isso dependerá muito de sua capacidade de compreender demandas sociais, especialmente as novas, e se ressocializar para ser o novo Lula", pondera o sociólogo, ex-aluno de Fernando Henrique Cardoso na USP, um homem de origem humilde que pensa o Brasil utilizando-se do rigor do método científico sociológico, mas sem jamais perder a generosidade. Seus textos, além de instrutivos, são macios (para o bom entendimento do que vai escrito) até quando tratam de temas como linchamento, uma das muitas chagas brasileiras.

Quando presidiu o país, Lula costumava fazer uma espécie de chamamento das elites à consciência nos momentos difíceis, algo como "vejam bem, estou fazendo um governo para todos, contrários princípios do meu partido". A relação foi bem até o escândalo do mensalão, em 2005. Ao perceber que seu mandato corria risco, Lula abriu as portas do governo para sua base social (os sindicalistas) e isso determinou o futuro de sua gestão e do país desde então.

Em troca do apoio das centrais, o então presidente vetou os planos de privatização, interrompeu o processo de reformas anunciado em 2003, empoderou Dilma Rousseff, crítica feroz da política econômica do primeiro mandato, e a escolheu, de forma monocrática, para disputar a sucessão. Agora, 12 anos depois de descer a rampa do Palácio do Planalto, tenta ser, novamente, mais de um Lula, e talvez isso explique a dificuldade para convencer não petistas a votarem nele. E tem um Lula que Lula se nega a ser na partida: o que deveria reconhecer que sua sucessora destruiu seu legado econômico, jogando o país na recessão mais longa da história.

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras. E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Indígenas são vitais para preservação da Amazônia, dizem especialistas

Gabriel Vasconcelos e Daniela Chiaretti Do Rio e São Paulo

A solução para a Amazônia passa obrigatoriamente pela preservação e suporte dos povos indígenas, disse ontem o ex-presidente do Itaú Unibanco Cândido Bracher na Live do Valor. Ele, que ocupa assentos nos conselhos de administração do banco que chefiava, além de Mastercard e Instituto Açaia, também disse que o mundo não percebeu a finitude da capacidade de armazenar gases-estufa da atmosfera.

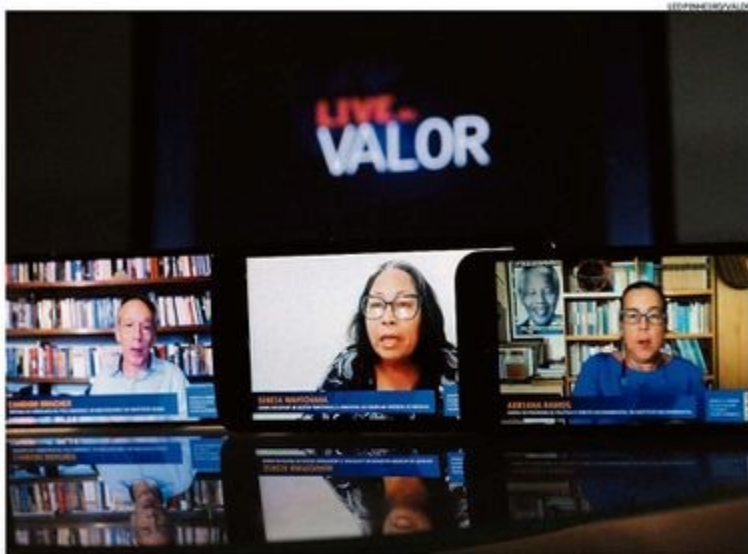
Assim como a terra, os minérios e os alimentos, afirmou, o carbono deve ser precificado, mas de forma verdadeiramente global, o que ainda não aconteceu, a despeito de esforços regionais como o da União Europeia. Bracher participou da live ao lado de Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), e de Sineia Wapichana, liderança que atua no Conselho Indígena de Roraima.

"Não haverá solução para a Amazônia sem que se cuide dos povos da floresta. O ESG não cuida da questão ambiental sem cuidar da questão social. Elas são indissociáveis", resumiu Bracher. Adriana Ramos, que coordena o Programa de Política Socioambiental do ISA, exemplificou com dados a tese.

"A presença indígena no Brasil é ponto importante nesse debate. Hoje 13% do território brasileiro é reconhecido como terra indígena e responde por 20% de toda a vegetação nativa do país. Essas áreas protegidas têm papel na manutenção das florestas. Nos últimos 30 anos, enquanto o desmatamento atingiu 20% das terras privadas, o percentual nas terras indígenas foi de apenas 1%", disse Adriana.

Terras indígenas abrigam 305 povos, com 817 mil pessoas segundo dados do IBGE de 2010. Adriana lembrou, no entanto, que estimativas de especialistas apontam que a população indígena seria hoje de cerca de 1 milhão de habitantes. São mais de 270 línguas indígenas e grande diversidade cultural que inclui conhecimentos sobre esses territórios — do combate a queimadas à preservação de espécies nativas.

Sineia Wapichana citou que em 2008 teve início a estruturação de uma política local de enfrentamento às mudanças climáticas — que indígenas denominam "mudança do tempo". Ela afirmou que as transformações do tempo e vegetação são bastante evidentes no Roraima,



Bracher, Sineia e Adriana: reflexões na Live do Valor sobre o futuro da floresta e sobre o papel das populações tradicionais

porque o território tem vegetação diversa com florestas e áreas com características parecidas com as do cerrado (conhecidas por lavrado) em regiões de maior altitude. O lavrado se assemelha às savanas, com vegetação mais baixa, por vezes rasteira. Em razão dessa variedade, as mudanças se tornam mais evidentes em Roraima e passaram a ser monitoradas por agentes ambientais e territoriais indígenas.

No programa, disse Sineia, também há um banco de sementes vivas, o que na prática significa o armazenamento de sementes de espécies mais resistentes ao inverno e verão para uso futuro em aldeias. Os indígenas têm feito levantamentos sistemáticos que identificaram o aquecimento da temperatura das águas, extinção de espécies de peixes de água doce e perturbação no comportamento dos pássaros. Há também a formação de brigadas indígenas de combate a incêndio e queimadas ilegais, com treinamento e aquisição de equipamentos.

"Dentro das florestas há povos indígenas e quilombolas. É necessário um olhar para essas comunidades. Se atuam como barreira para queimadas e desmatamento, por que não ter políticas efetivas de auxílio para esses povos manterem a floresta em pé?", questionou a líder indígena.

Bracher e Adriana Ramos lembraram que o combate ao desmatamento é central nos compromissos

de descarbonização assumidos pelo governo brasileiro nas conferências da ONU. As emissões ligadas a desmatamento respondem por 46% do total de emissões do país, disse Bracher. Adriana apontou a contradição que são as investidas protagonizadas pelo governo ou sua base no Congresso Nacional para abrir as terras indígenas a atividades, como mineração e arrendamento para o agronegócio. Para ela, essas tentativas buscam legalizar, veladamente, práticas de desmatamento hoje vedadas por lei.

"Ao chegar na comunidade internacional e assumir compromissos de zerar o desmatamento ilegal para atender a meta de redução de emissões, o governo brasileiro está enganando a comunidade internacional. É fácil acabar com o desmatamento ilegal numa 'canetada' que vai transformar o ilegal em legal. Não acaba com emissão nenhuma, mas fica, do ponto de vista formal, como um país que cumpriu seu compromisso", criticou ela.

Bracher também se disse preocupado com a lentidão do processo de precificação do carbono em nível global. "A coisa evolui muito devagar. É muito difícil colocar uma taxa para todos os países", disse. Ele elogiou o sistema europeu de "cap and trade" (captura e troca), que estabelece um teto para as emissões com obrigação de pagamentos ou compensações para quem ultrapassá-lo.

"No sistema europeu, o mais rigoroso que existe, o preço da tonelada de carbono atingiu 95 euros na semana passada. Mas, se uma região faz isso e outras não, as produções mais poluentes migram para onde o mecanismo não é aplicado. Por isso tenta-se aplicar uma taxa de fronteira de carbono, que obriga o pagamento de imposto pelo carbono envolvido na fabricação dos produtos importados para evitar a fuga de empresas locais não reguladas."

Devido às limitações do recetário regional, Bracher defendeu a proposta do ex-presidente do Banco Central da Índia, Raghuram Rajan, que dividiu as emissões mundiais — estimadas em 50 bilhões de toneladas de carbono equivalente — pela população mundial (cerca de 7 bilhões de pessoas), de modo a definir a emissão média anual de cada habitante: pouco mais de 7 toneladas per capita. Com isso, deve-se fazer o inventário de emissões de cada país e, aqueles que emitirem acima da média per capita devem pagar, aos que estiverem abaixo dessa média, taxas em torno de US\$ 50 ou US\$ 60 por tonelada excedente.

"Todos os países do mundo seriam estimulados a reduzir emissões, seja para pagar menos, seja para receber mais, e com a vantagem de se preservar a soberania de cada um com relação às medidas para se alcançar metas climáticas", disse Bracher.

Projeto abre espaço para linha em terras dos Waimiri Atoari

Renan Truffi e Vandson Lima De Brasília

O plenário do Senado aprovou ontem, por 60 votos a quatro, um projeto de lei que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas como "de relevante interesse público da União". A proposta foi apresentada pelo senador Chico Rodrigues (União-RR) e busca destravar a extensão ao Roraima do Linhão de Tucuruí, integrando o Estado ao Sistema Interligado Nacional. A linha atravessaria as terras do povo Waimiri Atoari, na divisa entre Roraima e Amazonas.

O texto segue agora para a Câ-

mara. Roraima é o único Estado que não está conectado ao sistema nacional e vinha sendo alimentado pela energia produzida na hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Porém, o país vizinho cortou o fornecimento em 2019.

Segundo o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), relator do projeto, serão instaladas 250 torres de transmissão de energia ao longo de 700 km, entre Manaus e Boa Vista (RR). De acordo com o texto aprovado, a declaração de relevante interesse público de que trata o projeto terá de ser feita, necessariamente, por decreto do presidente da República.

Apesar disso, foi incluído um dispositivo no texto que deter-

mina que as comunidades indígenas afetadas tenham que ser ouvidas previamente à implantação do empreendimento. "É assegurada indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas às comunidades indígenas afetadas, sem prejuízo das demais compensações previstas em lei", complementa o projeto.

O assunto tem sido acompanhado de perto pelo governo Jair Bolsonaro, que se comprometeu a desembolsar R\$ 90 milhões a título de indenização a comunidades indígenas afetadas pela obra do linhão. Um decreto sobre a compensação foi publicado anteriormente no "Diário Oficial da União". O texto, no entanto, não cita valores.

No acordo previsto pela União e o governo de Roraima, o consórcio liderado pela Transnorte, responsável pelo empreendimento, desembolsaria mais R\$ 33 milhões como forma de compensação aos povos originários da região. Consultada antes da publicação do decreto presidencial, a Transnorte afirmou que se pronunciará depois de ver o texto.

A decisão do Executivo em indenizar os indígenas ocorre pouco mais quatro meses após a Justiça do Amazonas ter determinado que os trabalhos só poderiam avançar mediante a compensação pedida pelos índios da etnia Waimiri Atoari.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Acelen B1
Alelo B7
Alphabet B8
Amazon B8
Apple B8
AstraZeneca A4
Atel B8
Ativa Investimentos B1
Avenue Securities B8
B3 B9
Banco Pan C4
Bayer B2
BlueLine C2
BNP Paribas C2

Bradesco A5
Brazil Brokers B3
Brasil Capital C8
BRF B2, B10
BV B2
Catarina Capital B8
Centaurus B7
CF Industries B9
Chapeco Alimentos B10
Charles Schwab C4
Cielo C4
Coop B2
CAMOC Brasil B9
Commerzbank C1

CSU C4
Decathlon B7
Diageo B2
Docusign A15
Ducati B1
EasyCrédito C4
Edorad B2
FibBank C4
FS Security B8
GeoCapital B8
GetNet C4
Goldman Sachs C1
GPA B1
iFood B7

Iguatemi B7
Itaú Unibanco A2, A15
Itaú BBA B9
J.P. Morgan C4
Julius Bär C2
Leggio B1
Leroy Merlin B7
LG A15
MasterCard A2
Méliuz C4
Meta B8
Microsoft B8
Mitsui B9
Mozica C4

MSD A4
Multiplan B1
Natura & Co B2
Netflix B8
Nipe B3
Nike B7
OLX C4
Opportunity Total C2
Paranby Capital C2
Petrobras B1
Sodexo B7
Stonax B1
Suzano B4

Talmeis B2
Telecom Italia B8
Ticket B7
TIM B8
Transnorte A2
Twitter B8
Volkswagen B1
Votacantim C8
WHG C2
Wilson B3
XP B2, C4

Assine Valor

Ligue e assine agora:
0800 7018888

assinevalor.com.br